

Lourenço quer garantir agora emendas da futura Constituição



O líder do PFL na Câmara e na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), vai propor que todas as lideranças defendam uma emenda

para que a futura Constituição, durante um ano, contado a partir de sua promulgação, possa ser emendada com maioria absoluta, ou seja, como é durante o processo constitucional atual, precisando apenas 50%, mais um dos votos dos parlamentares, o que significa 280.

A justificativa de Lourenço para a iniciativa é de que a Constituição, assim que promulgada, precisará ser emendada imediatamente, sob pena de inviabilizar o País. Segundo ele, tudo o que foi incluído no texto até agora é muito ruim, ela é muito analítica e 90% dos seus dispositivos são matéria própria de legislação ordinária, precisando ser suprimido.

«Como vão tirar 23% da arrecadação da União e transferir para os estados e municípios sem transferir os encargos?», pergunta, dando ele próprio a resposta: «certamente, vão mexer novamente no bolso do já sofrido contribuinte brasileiro, aumentando a carga tributária. São absurdos desse gênero que precisam ser denunciados e modificados, para não deixar a coisa pior do que está».

A futura Carta vai ser um «monstro» por um único motivo, na visão do líder: o domínio e o patrulhamento exercido pela esquerda sobre a maioria dos parlamentares. Ele exemplifica dizendo que quem manda na bancada de seu partido no Distrito Federal não é ele, mas o deputado comunista Augusto Carvalho, «que dá as ordens e todos ficam cuidando se ele está observando na hora de votar».

José Lourenço denuncia também que a esquerda criou uma espécie de pontuação sobre a atuação dos constituintes no momento de votação, sejam esses parlamentares igualmente da esquerda ou não. «O negócio é tão ridículo que até parece coisa de colégio, com os deputados, de papel na mão, somando os pontos que obtiveram, a partir de sua atuação em plenário», diz.

Fracassos fazem o Centrão reagir

Belo Horizonte — O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) revelou ontem que o Centrão concentrará seus esforços para suprimir, no segundo turno de votações na Constituinte, a preferência dada às empresas brasileiras de capital nacional no fornecimento de bens e serviços ao poder público. Para o deputado, o Centrão não repetirá o fracasso das votações do capítulo da Ordem Econômica, no primeiro turno, que atribuiu às «divergências entre muitos grupos com interesses cartoriais».

Segundo José Geraldo Ribeiro, apesar de o Centrão não se opor mais à licença de 120 dias para gestante, o grupo tentará derrubar a licença paternidade de oito dias. Outros pontos aprovados no primeiro turno, festejados como grandes vitórias pelos partidos de esquerda e que estão na mira do Centrão, segundo o deputado, que se transformou num dos principais negociadores do grupo, são o turno de seis horas em sistema de revezamento, a nacionalização do setor de mineração e o voto aos 16 anos.

O deputado, que se reuniu ontem com o governador Newton Cardoso, no Palácio dos Despachos, disse acreditar que o voto aos 16 anos não encontra oposição capaz de suprimi-lo, no plenário da Constituinte, mas garantiu que a nacionalização da exploração dos recursos minerais não poderá permanecer do texto constitucional, «por inibir os investimentos estrangeiros e favorecer a recessão».

«O mais grave, porém, é a preferência dada às chamadas empresas brasileiras de capital nacional no fornecimento de bens e serviços ao poder público, tirando do mercado empresas importantes e grandes empregadoras, como as indústrias automobilísticas, os fabricantes de turbinas para usinas hidrelétricas, de vagões de trens e de torres e linhas de transmissão elétrica».



Para o líder do PFL, a futura Carta vai inviabilizar o País

Ryff não vê fuga de capitais

Rio — O presidente do Conselho Regional de Economia (Seção RJ), Tito Ryff, é de opinião que as empresas estrangeiras que atuam na área de mineração irão se esforçar para se adequar às novas regras ditadas pela Assembleia Nacional Constituinte. Ele também não crê em desestímulo ao ingresso de novos investimentos estrangeiros no setor, «pois o Brasil é um dos poucos países do mundo que apresentam em seus subsolos minérios considerados raros».

«Além disso, a conceituação de empresa brasileira de capital nacional não impede a participação do capital externo — apenas determina que o controle seja exercido por pessoas físicas e domiciliadas no País, ou entidades de direito público interno. Daí, é exagero classificar de xenófobo esse conceito».

O texto, conforme foi aprovado no plenário, garante ao País a criação de modelos de desenvolvimento mais adequados para o setor mineral. «Ao mesmo tempo em que privilegia o capital nacional, cria condições para que a atividade conte com participação da alta tecnologia já desenvolvida por empresas estrangeiras. Assim, não será repetido o erro cometido com a indústria farmacêutica, em mãos de empresas estrangeiras e sem que tenha ocorrido o desenvolvimento tecnológico interno», comenta Tito Ryff.

«As mudanças das regras do jogo, no caso da mineração, não irão afastar o capital estrangeiro, pois trata-se do aproveitamento de jazidas minerais, bens não-renováveis».

Emenda de Fruet é atropelada

«As palmas foram precipitadas. Foi um pequeno equívoco do presidente». Com estas palavras o deputado Ulysses Guimarães, após 20 minutos, reconsiderou o inexistente pedido de retirada da emenda do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) e colocou o destaque em votação.

Fruet, que destacou emenda do deputado Afif Domingos (PL/SP), se encontrava no cafezinho do plenário quando Ulysses indagou por duas vezes, pela presença do constituinte paranaense. Da tribuna, Fruet sustentou a emenda que veda a cessão de servidores de empresas públicas a órgãos da ad-

ministração direta do Governo, considerando-a essencial na moralização do serviço público.

Ulysses «imaginou» que Fruet havia optado pela retirada da emenda, colocando imediatamente em votação uma fusão de emendas do Centrão. Fruet procurou auxílio junto ao líder Mário Covas, que advertiu Paulo Afonso, secretário da Mesa, do lapso cometido por Ulysses. Como a votação da fusão do Centrão já havia iniciado, Ulysses preferiu pedir desculpas. Concluída a votação da fusão, o destaque de Fruet foi votado e rejeitado.

Aureliano dá apoio a Gadelha e amplia dissidência no PFL

O senador Marco Maciel quer conquistar o apoio do ministro Aureliano Chaves para disputar com chances de vitória a Convenção Nacional do PFL contra a ala governista do partido. Está tendo dificuldade: Aureliano no sábado manifestou, por telefone, sua solidariedade ao senador Marcondes Gadelha, novo líder do PFL no Senado, cuja liderança não é acatada pelo grupo de Maciel. Gadelha, cauteloso, está tentando intermediar uma reaproximação da corrente de Maciel com o Palácio do Planalto, o que considera fundamental para o entendimento entre os dois grupos partidários.

Hoje, a Executiva Nacional do PFL aprova o adiamento da Convenção Nacional, marcada para o dia 15 de maio. A proposta a ser levada por Marco Maciel é de fixar uma data limite para a sua realização: o término dos trabalhos da Constituinte. Com isto, espera ter tempo para se articular com as bases partidárias em todo o País e disputar com força a Convenção. Maciel reúne-se com Aureliano nas próximas horas para autenticar convencê-lo da «necessidade e correção» da nota divulgada sexta-feira passada por cinco senadores do PFL descontentes com a

destituição do senador Carlos Chiarelli da Liderança do PFL no Senado.

Maciel diz que esses senadores não tinha outra alternativa: «Sempre fui um político reconhecido de bom senso, mas o método utilizado para a substituição do senador Carlos Chiarelli não nos deixou outra alternativa, que não a divulgação da nota».

Entendimento

Marcondes Gadelha, ao mesmo tempo em que tenta um entendimento com o grupo de Maciel, rebate suas acusações: «Há dois meses, a bancada deveria ter se reunido e escolhido, como de praxe, o novo líder. Pedi essa reunião pessoalmente e por escrito e não fui atendido. Não dava mais para esperar. A gota d'água foi a manobra contra o senador Saldanha Derzi com o objetivo de evitar a existência de qualquer liderança governista no Senado Federal».

Aureliano Chaves, mais uma vez, é o fiel da balança dentro do PFL. Ele quer a unidade partidária, mas as duas correntes em disputa — a do Planalto e a de Maciel — estão cada vez mais radicalizadas. (Andrei Meireles).

A Nova Carta

Integra do texto aprovado ontem na Assembleia Nacional Constituinte

Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira.

Capítulo I — Dos princípios gerais, da intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Parágrafo único — A requisição de documento ou informação de natureza comercial, por autoridade estrangeira administrativa ou judicial, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do poder competente.

Art. 211 — A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º — O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades acima de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º — A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor.

§ 3º — As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º — É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 212 — A população do Município, através da manifestação de, pelo menos, cinco por cento de seu eleitorado, poderá ter a iniciativa de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.

Art. 213 — Aquele que possuir como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo 1º — O direito previsto neste artigo não será reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

Parágrafo 2º — O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

Art. 214 — Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 215 — O transporte coletivo urbano é serviço público essencial de responsabilidade do Município, podendo ser operado através de concessão ou permissão.

Médico decide hoje se Lula pode voltar

São Bernardo do Campo — Recuperando-se bem da cirurgia a qual foi submetido na semana passada para a retirada do apêndice, o deputado federal Luiz Ignácio Lula da Silva (PT), pretende voltar o mais rápido possível a Brasília, a tempo de participar das votações do capítulo sobre a reforma agrária. A data de seu retorno, porém, só será definida na manhã de hoje, depois que o médico Raul Kutae examinar Lula, que se encontra em sua residência em repouso absoluto, garantido pelo controle férreo de sua mulher, Marisa Leticia da Silva.

Segundo ela, embora Lula esteja ansioso para voltar a Assembleia Constituinte, preocupado com a votação de um dos temas que mais interessam ao PT, que é a reforma agrária, a palavra do médico será acatada.